

Reformas irão gerar a confiança

Igor Cornelsen (*)

Não foi mera coincidência que o anúncio do Plano Brady se deu após os distúrbios da Venezuela e antes da reunião do BID de Amsterdã. O mesmo ocorreu em 1985, quando, depois da moratória do Peru mas antes da reunião do FMI, o secretário do Tesouro americano apresentou o Plano Baker. Nos dois casos, tanto credores quanto devedores precisavam ver em seu problema comum alguma luz no fim do túnel, mesmo que fosse mera miragem.

O Plano Brady nada mais é que a sistematização dos processos de redução de dívidas praticados principalmente pela bem gerida economia chilena que, desde a reforma econômica de 1983, conseguiu reduzir a inflação (12% em 1988), o desemprego de 22% para 8% da população economicamente ativa, tem crescido 6% ao ano, pago pontualmente a dívida externa e abateu seu saldo devedor com o resto do mundo de mais de US\$ 23 bilhões para US\$ 17 bilhões, através da conversão de dívida em investimentos, do resgate em moeda local (com repatriação de capitais), e do uso do excesso de reservas externas, geradas pelo boom de expor-

tações, para a recompra da dívida externa com desconto superior a 40%.

O Plano Brady portanto não é novo e seria a sistematização do que se faz no Chile, não só para resolver um problema de dívida externa mas também para o desenvolvimento econômico.

Este plano, porém, seria pouco eficaz se não viesse acoplado a reformas econômicas que gerassem confiança na economia destes países, principalmente em seus próprios cidadãos.

Para gerar confiança algumas reformas são necessárias:

1. Desvalorização agressiva da moeda local (ou câmbio livre);
2. Eliminação dos controles burocráticos de exportações e importações;
3. Redução de alíquotas de impostos de importação;
4. Eliminação de subsídios e incentivos fiscais;
5. Desestatização da economia;
6. Atração de capitais e tecnologias estrangeiros;
7. Liberação das políticas privadas de investimentos, salarial e de preços;
8. Eliminação do déficit público, através da redução de despesas e melhor cobrança de impostos.

Com estas reformas, o Plano Brady se torna eficaz, sem elas terá o mesmo fim do Plano Baker.

Mas quem implantaria este tipo de

política no Brasil, tão acostumado com as reservas de mercado, com os CDI, CMNs, Cacex, CIP, Sunab, câmbio fixado por burocratas etc.?

Estas reformas deverão se tornar em pouco tempo mais óbvias à medida que o tempo for passando e economia com um mínimo de recursos (Singapura, Hong Kong, Formosa, Coreia do Sul e Chile) forem dando certo. A função de um dado modelo, e outras como o Brasil, com todos os recursos vasto mercado interno, sem grande desertos, furacões terremotos, minoria raciais, religiosas ou regiões separatistas não conseguem se desenvolver. Mais triste ainda é ver a Argentina, país dos mais desenvolvidos da década de 30 passar, depois de 60 anos, a modelo econômico incompetente.

A dívida externa não vai ser solucionada pelo Plano Brady ou qualquer outro criado fora das fronteiras do Brasil.

Mais cedo que possamos imaginar algum estadista aproveitará a oportunidade histórica de promover as reformas que levarão o Brasil a se integrar entre as nações plenamente desenvolvidas. A dívida externa se resolverá como subproduto destas reformas.

* Igor Cornelsen é vice-presidente senior no Brasil do Standard Chartered Merchant Bank Ltd., da Inglaterra